

INSERÇÃO EXTERNA ATIVA OU SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO? A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA ARGENTINA PÓS-CRISE

Marcelo Dias Carcanholo^{*}
Marisa Silva Amaral^{**}

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as características do crescimento econômico argentino, após a crise de 2001/2002. Em termos específicos, pretende-se discutir (i) como a estratégia neoliberal na Argentina levou a economia a essa crise, (ii) rigorosamente, como o processo de renegociação da dívida externa, após a declaração da moratória no contexto da crise, levou à recuperação da economia, como é defendido por algumas explicações mais consensuais, e (iii) o papel específico da superexploração do trabalho na explicação dessa recuperação econômica. O ponto principal do trabalho é questionar o real caráter alternativo ao neoliberalismo da atual estratégia implementada na Argentina.

Palavras-chave: Argentina, crise, crescimento, dívida externa, superexploração do trabalho.

Abstract: The aim of this paper is to analyse the characteristics of the Argentina economic growth, after the 2001/2002 crisis. More specifically, it will be discussed (i) how the neoliberal strategy in Argentina takes the economy to this crisis, (ii) rigorously, how the external debt renegotiation, after the default proclaimed during the crisis context, propitiates the economic recovery, as defended by the common sense explanations, and (iii) the special role of the labor superexploitation to explain this economic recuperation. The principal proposition of the paper is to question the real alternative character of the actual strategy in Argentina, against the neoliberalism.

Key words: Argentina, crisis, growth, external debt, labor superexploitation.

JEL Classification: O11, E32, E65.

Ainda vivenciamos um contexto de hegemonia ideológica e política da estratégia neoliberal no mundo. Embora este ideário tenha suas origens bem antes, o conhecido Consenso de Washington dá início a um processo de radical mudança em termos de concepção ideológica e prática no que tange à adoção de estratégias de desenvolvimento, especialmente no caso dos países periféricos latino-americanos.

Tal como aponta Baruco (2005, p. 2), *“foi através deste consenso que a concepção ideológica neoliberal se consubstanciou, no sentido de ter se tornado um receituário de medidas a serem implementadas na periferia do capitalismo”*, reforçando o compromisso de manter a estabilidade monetária, com base num processo de abertura comercial e desregulamentação financeira sem precedentes, de modo a introduzir estas economias no “novo mundo globalizado”.

A implementação pioneira desse tipo de política ocorreu na década de 70 em países do cone sul, como Chile e Argentina, ambos sob a liderança de ditaduras militares. A partir de 1982, o México também passou a executar uma estratégia neoliberal de desenvolvimento, no que foi acompanhado novamente pela Argentina na virada dos anos 80 para os 90. A importância dos processos de abertura externa e desregulamentação dos mercados para o processo de desenvolvimento das principais economias latino-americanas volta a se efetivar e se exacerba

^{*} Doutor em Economia pelo IE-UFRJ e Professor da Faculdade de Economia da UFF.

^{**} Mestre em Economia pela UFU e Professora do IE-UFU.

enormemente na década de 90, sendo disseminada para os demais países da região em maior ou menor grau.

Na virada do século XX para o XXI, novos governos são eleitos na região. Para qualquer teórico ou pesquisador com compromisso de construção e implementação de estratégias alternativas ao neoliberalismo tornou-se quase que uma obrigação a análise crítica dos novos governos na América Latina¹. Até que ponto esses novos governos, eleitos com base em partidos, alianças e/ou movimentos sociais de esquerda, podem ser considerados progressistas, alternativas de fato à ideologia neoliberal hegemônica em nossa região há muito tempo?

Nesse sentido, a experiência argentina é ilustrativa. Esse país implementou duas vezes a estratégia neoliberal. A primeira na década de 70, sob um forte regime de opressão militar, e a segunda nos anos 90, tendo inclusive aprofundado o grau de abertura financeira, com a conversibilidade entre sua moeda e o dólar. Tanto uma experiência quanto a outra levaram a rotundas crises econômicas e sociais. A última crise de 2001/2002 levou inclusive à declaração de *default* da dívida externa do governo argentino e a um amplo processo de renegociação dessa dívida. Após essa crise, e com a forte retórica do governo, como se enfrentasse duramente as imposições dos credores internacionais, passou-se a apresentar a Argentina como uma alternativa à estratégia neoliberal, sendo possível manter taxas de crescimento de 8,85% em 2003, 9% em 2004, 9,2% em 2005 e 8,5% estimados em 2006, mesmo após um processo de *default* e renegociação da dívida externa, contrariando o discurso neoliberal.

Este trabalho tem como objetivo justamente analisar se a estratégia argentina atual é, de fato, uma alternativa ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, investigar com mais pormenores as razões da manutenção de altas taxas de crescimento, mesmo após o momento de recuperação cíclica. Nossa hipótese é a de que a manutenção no ritmo de acumulação de capital na Argentina se deve ao elevado grau de superexploração do trabalho, característica que é mantida no período pós-crise. Nesse sentido, na primeira seção é caracterizada de forma resumida a implementação da estratégia neoliberal a partir dos anos 90 nesse país, e como essa estratégia leva à crise de 2001/2002. Em seguida, parte-se para a análise do período pós-crise, procurando (i) entender melhor as características da moratória decretada no contexto da crise e do processo de renegociação dessa dívida, e (ii) constatar o acréscimo da superexploração do trabalho, mesmo após a recuperação cíclica, como forma de manutenção do ritmo de crescimento.

¹ Uma boa compilação com análises variadas, e inclusive discordantes, sobre os novos governos na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela, pode ser encontrada em Elías (2006).

1 – Estratégia Neoliberal a partir dos anos 90 e Crise

A experiência argentina com a estratégia neoliberal de desenvolvimento não envolve apenas os anos 90, mas deve ser entendida em dois momentos. O primeiro deles diz respeito ao período que vai de 1976 a 1983, com um programa econômico que foi implementado logo na instauração da ditadura militar, de cunho extremamente ortodoxo, em cujas bases havia políticas de congelamento de salários, liberalização de preços, abertura comercial – reforçada por uma forte valorização cambial, que acabava por estimular as importações, em detrimento da pauta de exportações predominantemente primária –, abertura quase irrestrita do fluxo de capitais externos, bem como redução da oferta de moeda. O que se viu foi o efetivo ingresso do país no “novo padrão de acumulação dependente neoliberal”, com uma reestruturação produtiva baseada nos moldes de inserção externa com vantagens comparativas e tendo como resultado uma exposição da indústria nacional à concorrência internacional desigual, a conseqüente ampliação do endividamento público e privado e, mais adiante, a intensificação da entrada de capitais externos especulativos sustentada por altas taxas de juros. Todo este processo fez crescer ainda mais o endividamento, a desindustrialização e financeirização da economia, o que, como mostra Cano (2000), redundou em baixas taxas de crescimento, ampliação do desemprego e da precarização do mercado de trabalho e distribuição regressiva de renda e riqueza.

No período intermediário que vai de 1983 a 1989, o governo Raúl Alfonsín rompe com o ajuste ortodoxo aplicado até então e opta por uma política econômica de caráter mais heterodoxo para o enfrentamento dos problemas deixados pela gestão anterior. O fracasso da estratégia se faz evidente e encerra-se o período com um processo hiperinflacionário bastante avançado, com baixo crescimento do PIB, ampliação do desemprego, queda salarial e distribuição da riqueza de maneira ainda mais regressiva que no governo militar do General Videla, imediatamente anterior.

Com este pano de fundo, Carlos Menem é eleito em 1989 representando a vitória da oposição sobre o governo Alfonsín, extremamente desgastado diante dos resultados negativos alcançados com sua política econômica. A partir de então, tem início “*uma nova e mais radical implementação do ideário neoliberal na economia argentina*” (Carcanholo, 2002: 93) – que se justifica sob o argumento de que o “afrouxamento” na aplicação das políticas desta natureza no governo anterior tornaram a situação da Argentina ainda mais débil –, englobando as reformas do Estado, do mercado de trabalho e da previdência, bem como as reformas comercial, financeira e tributária, não necessariamente nesta ordem.

As reformas estruturais impostas no período seguem bem a linha do que se propunha no Consenso de Washington. A reforma do Estado envolvia, inicialmente, transformações nas instituições públicas, objetivando principalmente a redução do número de funcionários da

administração pública por meio de redução do número de direções, secretarias e outros órgãos afins, bem como de uma reorganização administrativa. De maneira complementar, está incluído na reforma do Estado um programa de desregulamentação cuja intenção era, em geral, a de promover o afastamento do setor público enquanto regulador e incentivador de algumas atividades econômicas específicas ou, pelo menos, a de suprimir a atuação das agências reguladoras.

Este processo de reforma do Estado, para que pudesse se efetivar, tinha por detrás uma política de privatizações e concessões de serviços públicos, cuja aplicação se deu de forma extremamente rápida, sob a justificativa de que *“Menem precisava ‘mostrar serviço’ ao capital internacional”* (Cano, 2000: 125), no sentido de ter acesso ao crédito e à conseqüente possibilidade de renegociação de sua dívida externa – para o que as políticas de abertura e de privatização de estatais se mostravam indispensáveis e foram levadas ao limite, sendo que setores estratégicos para o desenvolvimento tais como telecomunicações, transportes, eletricidade, siderúrgicas, empresas produtoras de gás e petróleo, foram impetuosamente transferidos para as mãos de grandes grupos transnacionais.

A reforma comercial do governo Menem consistia, basicamente, na adoção de mecanismos capazes de atender às pressões externas em favor de maiores abertura comercial e liberalização econômica, muito embora tenha sido estimulada também por objetivos de mais curto prazo tais como controle inflacionário e equilíbrio fiscal. A estratégia era a de liberalizar as importações, o que deixaria a indústria nacional exposta à concorrência internacional (evidentemente desigual), forçando a uma baixa interna de preços. Isto foi reforçado pela forte valorização cambial posta em prática logo no início do governo, tornando mais baratos os produtos importados, e com a instituição do Plano de Conversibilidade em 1991, que proíbe a indexação de preços e permite pagamentos em moeda estrangeira. Com este pano de fundo, as principais medidas adotadas primaram pelo aumento de impostos e diminuição de subsídios sobre exportações e pela facilitação sobre importações, especialmente de bens de capital, que tem suas restrições totalmente eliminadas em 1991. Isto produz um fortalecimento do comércio internacional de mercadorias, com a característica de um crescimento maior das importações em comparação com o crescimento das exportações.

Como complemento à reforma comercial ocorre, de maneira muito mais radical, a reforma monetária e financeira objetivando, evidentemente, uma maior abertura e desregulamentação dos mercados referentes a esta esfera de valorização. Para tanto, *“já no final de 1989 foram suprimidas todas as restrições sobre transações em divisas e investimento externo (seja investimento direto ou de carteira)”* (Carcanholo, 2002: 96), de modo que os níveis de abertura financeira chegam a um estágio muito próximo ao seu limite. Uma importante medida no sentido de fortalecer os graus de abertura é a adoção do Plano de Conversibilidade, com o que se autoriza a realização de depósitos,

contratos e pagamentos em moeda estrangeira e a livre conversibilidade entre a moeda nacional e o dólar, intensificando o processo de dolarização da economia argentina.

Além disso, como bem lembra Cano (2000), são também fixados limites de capital aos bancos, diminuídos os encaixes, eliminado o crédito dirigido e concedida independência ao Banco Central (BC), o que impõe limites ao redesconto e a empréstimos a instituições financeiras e restringe o financiamento do governo e seus bancos à venda de títulos emitidos por este (muito embora este radicalismo tenha sido obrigado a rever suas posições por conta da crise de 1994-95, fazendo com que o BC voltasse a ser prestamista de última instância para enfrentar problemas de iliquidez transitória).

Neste processo, o capital estrangeiro ganha maior grau de liberdade e passa a ser tratado igual ao capital nacional em termos creditícios, regulatórios e tributários, de modo que o IDE (investimento direto estrangeiro) fica liberado para diversos setores estratégicos como informática, telecomunicações e eletrônica e até mesmo serviços sanitários, eletricidade, gás e correios, por meio da lei de privatizações. O aspecto mais grave deste processo é que, ao conceder plena liberdade de movimentação cambial, as restrições sobre remessas de lucros ou repatriações perdem seu sentido e isto se reflete na estrutura do saldo em transações correntes da Argentina. Para além disto, chega-se a uma situação de intensa concentração de capital financeiro e desnacionalização – com os bancos privados internacionais ocupando parte majoritária do mercado local –, bem como de ampliação da fragilidade financeira das instituições argentinas e de conseqüente agudização da vulnerabilidade externa do país, que culmina com perda de autonomia política por parte do governo.

Objetivando, de imediato, uma atuação sobre a crise fiscal e, a médio e longo prazos, a desoneração das exportações e um ajuste fiscal que pudesse dar conta do desequilíbrio estrutural que o endividamento externo e interno gerou nas contas públicas, a reforma tributária foi realizada basicamente entre 1990 e 1993. Os efeitos na carga tributária, no entanto, podem ser decorrentes tanto da reforma propriamente dita, quanto da estabilização dos preços e do crescimento da economia no período. As principais medidas foram: reorganização do fisco, com focalização dos esforços da arrecadação e fiscalização nos impostos sobre a renda, IVA (imposto sobre valor agregado) e Seguridade Social, instituição de nova legislação punitiva, eliminação de várias isenções e antigos privilégios fiscais, queda nas alíquotas de imposto de renda pessoal, criação do imposto sobre ativos e promulgação da lei de anistia fiscal para estimular o retorno dos capitais que deixaram o país.

A reforma do mercado de trabalho visava, como se sabe, à flexibilização e desregulamentação deste mercado, num processo que criava benefícios à classe capitalista em detrimento dos trabalhadores. Por este motivo, a reforma foi iniciada em 1991, gerando fortes descontentamentos e oposições ao governo por parte dos sindicatos. Foram impostas mudanças em

termos de negociação salarial, que passava a ser feita com base na produtividade, e de contratos de trabalho temporários, cuja duração foi reduzida de dois anos para seis meses, além de terem sido criados vários programas de emprego temporário a baixos salários e sem nenhum direito trabalhista e de terem sido ampliados o período de experiência e a contratação de jovens e mulheres em condições de trabalho precário. Estas são algumas das muitas medidas regressivas adotadas no âmbito da reforma trabalhista, que priorizaram a desoneração dos empresários a despeito das condições de trabalho impostas ao proletariado.

Como complemento à anterior, a reforma previdenciária foi promulgada em 1993 e atuou no sentido de priorizar o capital privado às custas dos prejuízos impostos à classe trabalhadora. Através dela, “o governo socializou os prejuízos do antigo e do novo sistema e privatizou os lucros do novo” (Cano, 2000: 135) com a criação do sistema privado de capitalização em substituição ao anterior.

Para dar sustentação ao programa de reformas estruturais e completar a agenda das reformas neoliberais, no início do governo Menem, sob o comando do ministro Domingo Cavallo, é aplicado um programa de estabilização ortodoxo inspirado pelo BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) que engloba como principais medidas: reajuste de tarifas públicas, elevação intensa dos juros nominais, reestruturação da dívida pública, com dilatação do seu prazo de vencimento, suspensão de subsídios e incentivos fiscais de maneira temporária, aumento de impostos sobre exportações, acordos de preços com as grandes empresas, baixos reajustes salariais e cortes nos gastos públicos, especialmente em investimentos. O resultado foi, de imediato, desequilíbrio fiscal e hiperinflação, que atinge a casa dos 5000%, ampliação da dolarização da economia e recessão, com taxa de crescimento de -6,2% no período (Cano, 2000: 137).

Em 1990, então, adota-se um novo plano (*Plan Bonex*) que, no geral, elevou as taxas de juros reais – que oscilaram entre 80 e 150% ao ano –, promoveu a troca compulsória dos depósitos a prazo por títulos de dívida pública dolarizados, pagáveis em 10 anos, com cobertura cambial a favor do governo, e promoveu valorização cambial em 41%. Os resultados permanecem ruins, com taxas anuais de crescimento de -1,8% e inflação de 2314,7% (Carcanholo, 2002: 93).

Em 1991, a equipe econômica lança um novo plano (*Plan de Convertibilidad*), ainda mais duro que os anteriores, a partir do qual se introduz a ancoragem cambial fixada na relação de 10.000 austrais (moeda argentina na época) por dólar. O resultado é uma maior dolarização da economia, ao ponto de que a expansão dos meios de pagamento em moeda nacional fica restrita aos ativos externos, títulos públicos emitidos em moeda estrangeira e ao montante de reservas depositados no Banco Central. Além disto, ocorre alta dos juros reais, desindexação obrigatória com conversão dos saldos devedores em moeda nacional à taxa cambial, congelamento de salários dos funcionários públicos e condicionamento do aumento dos salários dos trabalhadores do setor privado ao aumento

da produtividade, aluguéis e alguns serviços temporariamente congelados, acordo de preços com empresários, acordo com credores externos para gerar atrasados comerciais e financeiros para aumentar as reservas. (Cano, 2000: 138)

No curto prazo, as práticas foram exitosas em alcançar a estabilização (a inflação alcança 171,7% em 91 e 24,9% em 92). No entanto, “*o mar de rosas não demoraria a mostrar seus espinhos. O êxito da estabilização trouxe seqüelas graves*” (Cano, 2000: 139): câmbio e abertura comercial baratearam as importações e os serviços internacionais, provocando queda no saldo em transações correntes, cujo rombo foi coberto por uma forte entrada de capital estrangeiro autônomo – US\$ 44 bi, sendo US\$ 12 bi em IDE, dos quais US\$ 5,3 bi foram para privatizações (Carcanholo, 2002: 98) –, que faz crescer a dívida externa. No plano financeiro privado, os altos juros internos e as restrições ao crédito nacional impostas pela política de estabilização macroeconômica favoreceram a expansão do crédito bancário via repasses de empréstimos internacionais de curto prazo. Entretanto, como seus tomadores eram, em geral, famílias e comércio varejista, este crédito foi destinado, sobretudo, à aquisição de bens de consumo duráveis e à formação de capital de giro das pequenas empresas (Cano, 2000: 140).

Ocorre também que a crise mexicana gera apreensões e cuidados dos banqueiros relativamente aos países que apresentavam sintomas de fragilidade em suas contas externas. O aumento da incerteza e do risco afugenta o capital e aumenta os depósitos dolarizados na economia, restringindo o crédito corrente. Isso e a diminuição do crédito externo explicitam o lado financeiro interno da crise, o que exige a suspensão temporária da independência do Banco Central (concedida em 92) e o papel das forças de mercado através de forte intervenção, créditos emergenciais e uma política de financiamento para privatizações, fusões e vendas de bancos (principalmente para o capital estrangeiro), o que aumenta a concentração bancária e financeira.

Em termos mais pontuais, o resultado que se tem no contexto dos anos 90 – que envolve também os governos De la Rúa e Duhalde que, embora baseados em discursos distintos daqueles anunciados por Menem, não mudaram significativamente a orientação conservadora da política econômica – é um ínfimo crescimento nos níveis de consumo e investimento quando comparados com a década de 80, graças à drástica redução do investimento público (de 25% para 6,5% do investimento total); um crescimento expressivo do PIB em sentido eminentemente consumista-importador; o aumento dos juros internos e externos; aumento do déficit público como resultado da recessão e dos altos índices de desemprego; dificuldade em sanear este déficit por conta do processo de privatizações; forte entrada de capitais no intento de cobrir o rombo externo, o que acaba por aumentar as reservas e também a dívida externa; e acréscimo da remessa de lucros, tendo em vista a elevação de IDE, grande parte em privatizações.

Em termos sociais², há a efetiva elevação do desemprego e precarização do mercado de trabalho através de ampliação dos contratos temporários e dos períodos de experiência, além de aumento da informalidade. O salário mínimo real é menor que na década de 80 e a distribuição de renda reflete a profunda deterioração daqueles que ganham menos, sendo que, de 1990 a 1998, a participação dos 20% mais pobres na renda passa de 5,7% para 4,2% e a dos 20% mais ricos sobe de 50,8% para 53,2%. O gasto público social de todo o setor público aumenta ligeiramente, mas isto não significa que maiores gastos implicam em melhor atendimento, dada a alteração dos preços relativos dos serviços. (Cano, 2000: 149-151)

Neste cenário, chega-se à crise argentina de 2001, como consequência “*das sucessivas transferências de fundos e dos compromissos de ajuste que asfixiaram a atividade produtiva*” (Becerra et. al., 2004: 112). A saída imediata para a recuperação é o rompimento com a conversibilidade vigente até então e a desvalorização cambial como forma de estimular as exportações e o crescimento econômico por esta via. Isto de fato ocorre, especialmente nos setores de gás, petróleo e soja: das exportações realizadas pelos grandes grupos econômicos, 85% foram de empresas estrangeiras que comandam estes setores, fortemente beneficiados pela elevação dos preços desses produtos no mercado internacional.

No início de 2002, a economia argentina é obrigada a abandonar oficialmente a lei que impunha a paridade entre a moeda nacional e o dólar. Nesse momento é anunciado um sistema de câmbio duplo com uma taxa fixa para comércio exterior e pagamento da dívida externa federal, e outra flutuante para as demais operações. Ao longo do ano, entretanto, a incapacidade do país em honrar seus haveres externos e a crise que se desenvolveu por conta da insuficiência de dólares no sistema bancário argentino, se aprofundou. A eclosão dessa intensa crise monetário-financeira e cambial foi a forma de manifestação mais dramática da vulnerabilidade externa da economia argentina, promovida pela estratégia neoliberal implementada no país a partir do início dos anos 90.

2 – Saída da Crise e Governo Kirchner: recuperação cíclica ou estratégia alternativa de desenvolvimento?

Frente ao rotundo fracasso dessa estratégia³, e dada a crise política, institucional e social, que se abateu sobre o país, poder-se-ia esperar que um governo alternativo, com forte apoio popular, deveria justamente começar por rechaçar essa estratégia malograda. Mais por uns, menos

² O tema da distribuição de renda e da precarização no mundo do trabalho será tratado mais detidamente adiante, ficando aqui apenas um breve comentário acerca da situação social geral resultante da estratégia de desenvolvimento adotada pela Argentina na década de 90.

³ Aliás, a Argentina embarcou na estratégia de reformas pró-mercado, nos anos 90, pela segunda vez. O resultado da primeira experiência, nos anos 70, sob uma forte ditadura militar, também havia sido de aprofundamento da vulnerabilidade externa de sua economia e crise profunda no seu balanço de pagamentos.

por outros, o governo Kirchner costuma ser apresentado precisamente como uma alternativa de desenvolvimento para a América Latina. Afinal, o seu governo teria implementado uma moratória da dívida externa, contrariando os interesses dos capitais internacionais, reduzindo o grau de vulnerabilidade externa da economia e propiciando uma base para a retomada do crescimento econômico que, de fato, passou a ocorrer a partir de 2003⁴. Analisemos com mais profundidade esta estratégia "alternativa".

Conforme apontam Becerra et. al. (2004, p. 109), Kirchner assume logo após a crise argentina de 2001 “*com uma retórica antiliberal [com a qual] o governo pretende ocultar que o modelo de baixos salários, de consumo segmentado e de investimentos voltados para o setor primário se mantém invariável*”. Propaga-se o antiliberalismo e o “retorno do Estado” à economia e aos serviços públicos, com um discurso veemente de que está encerrado o período de ajustes neoliberais contra a população e de que será priorizada a atenção à agenda social, mas o que se tem de fato é um modelo econômico condicionado pela opção de pagamento da dívida externa com base num superávit orçamentário que termina por consolidar a degradação social e o empobrecimento da população argentina. A transferência de recursos para fazer face aos serviços da dívida externa se apresenta como um dado imutável da realidade e os efeitos perniciosos desta situação são veladamente desconsiderados, de modo que o povo argentino fica submetido ao ajuste, *ad infinitum*, tendo em vista que a renegociação se perpetua na medida em que implica em incremento do endividamento: a idéia é a de tomar fundos, pagar serviços, refinarciar o principal, aumentar o endividamento e assim sucessivamente, numa dinâmica incessante.

2.1 – Default *a la Argentina*: moratória com crescimento dos pagamentos

Dentro do contexto da crise, em 2001, é declarado o *default* da dívida pública externa e feita uma opção pelo refinanciamento dessa dívida e renegociação de seus vencimentos, de modo que o pagamento aos organismos multilaterais é privilegiado e são pagos pontualmente os juros e parte do montante total.

O montante em *default* chegava a US\$ 81,8 bilhões em títulos da dívida externa, dos quais 66% em dólares, 15% em euros, 3% em ienes, 3% em pesos argentinos e 13% em outras moedas. O que não é muito divulgado é que o governo nunca deixou de cumprir os pagamentos da outra parcela da dívida (cerca de US\$ 80 bilhões, naquele momento) que, portanto, não entrou em moratória, e dizia respeito à dívida, principalmente, com os organismos internacionais, como FMI e

⁴ A argumentação dos economistas heterodoxos, na sua defesa do processo de reestruturação da dívida externa argentina, é justamente essa: “Los economistas heterodoxos celebran el resultado del canje, que inicialmente cuestionaron los ortodoxos. Elogian la firmeza de Lavagna en la negociación y predicen que acotará el monto de los pagos, garantizando un crecimiento sostenido. Estiman que ahora se podrá restaurar la autonomía económica y la equidad social” (Katz, 2005a: 11).

Banco Mundial: "desde el default, Duhalde primero y Kirchner después, pagaron em efectivo 5.360 millones de dólares al FMI (a febrero de 2005) y más de 5.000 millones a las otras instituciones, como el BM y el BID" (Gigliani, 2005: 39).

A declaração de moratória é, antes de tudo, uma forma de pressionar uma renegociação da dívida externa que permita a reestruturação do perfil dessa dívida. É justamente nesse sentido que a Argentina lança em junho de 2004 uma proposta de renegociação para renovar/trocar (*swap*) os títulos que perderam aceitação no mercado. Ao final de fevereiro de 2005 esse processo de troca (*canje*) é finalizado, obtendo 76,07% de aceitação do montante total, com um refinanciamento por títulos com prazo entre 30 e 42 anos⁵. Com a troca, o desconto nominal obtido no montante da dívida em renegociação chegou, dependendo da taxa de desconto utilizada, a algo em torno dos 63%, abaixo dos 90% desejados e anunciados no início da renegociação. Após o processo, com a ampliação dos prazos da dívida e aparente melhora do seu perfil de pagamentos, tanto o governo como economistas heterodoxos não se cansaram em enaltecer o processo e as boas perspectivas que se abriam para a economia argentina a partir disso.

Entretanto, se analisados os dados após o processo, não parece existir muita base concreta para tanto otimismo. Em primeiro lugar, do ponto de vista dos pagamentos, "los compromisos de pago que antes del canje rondaban 11.000 millones de dólares han subido a 13.000 millones luego del intercambio de papeles" (Katz, 2005a: 12). Do ponto de vista do novo montante da dívida pública total e sua composição, temos o seguinte, como explícito no quadro 1.

Quadro 1: Montante e composição da dívida pública externa após a renegociação

Conta	Valor (US\$ bilhões)
- dívida com organismos multilaterais	78,65
- dívida reestruturada	35,2
- dívida com órgãos de governos	3,6
- juros atrasados estimados	7,833
SUB-TOTAL	125,283
- dívida que não entrou na troca de títulos	24,5
TOTAL	149,783

Fonte: Lucita (2005).

⁵ Foram 152 papéis desvalorizados que foram trocados por três títulos (par, discount e semipar), com rendimentos indexados a taxas, prazos, descontos e moedas diferentes. Com o *canje* a dívida que entrou no processo de renegociação (neste momento de encerramento do processo equivalia a US\$ 125,283 bilhões) era composta em 37% em dólares, 37% em pesos, 14% em euros, 2% em ienes e 10% em outras moedas (Katz, 2005a e Lucita, 2005).

Percebe-se pelo quadro que, se não for levada em consideração a parcela da dívida que não entrou no processo de troca de títulos, o total fica em torno dos US\$ 125,3 bilhões, número difundido e propagandeado oficialmente. Entretanto, se considerada essa parcela, o montante chega a cerca de US\$ 150 bilhões. Trata-se portanto de comparar esse perfil ao que se observava antes da crise. A tabela 1 traz estas informações.

Tabela 1: Estoque e serviço da dívida pública externa (2001-2005)

US\$ bilhões	2001	2002	2003	2004	2005 ¹	Média 96/2000
Dívida pública	144,3	153	178,8	191,3	149,8	-
Serviço da dívida	10,2	4,8	3,2	4,9	5,8	-
PIB nominal	268,7	100,8	127,4	142,9	159,9	-
Dívida/PIB (%)	54	152	140	134	94	41
Serviço/PIB (%)	3,8	4,8	2,5	3,4	3,6	2,4

1- março de 2005 (fim do processo de renegociação)

Fonte: Becerra & Méndez (2005: 36).

O que deve ser destacado é que o estoque da dívida pública cresceu em 2002, 2003 e 2004, mesmo decretada a moratória de uma parcela da dívida. Além disso, após o fim da renegociação, e dado o desconto no montante da parcela renegociada, a dívida total ficou em US\$ 149,8 bilhões, como visto no quadro 1. Mesmo assim, se comparado ao valor antes da crise é mais de US\$ 5 bilhões superior. Se, naquela época isso representava 54% do PIB, em 03/2005, após o festejado processo de renegociação, atingia 94%! Não bastasse isso, o serviço da dívida após o processo ficou em 3,6% do PIB, valor similar ao momento antes da crise, e 50% superior à média do período 1996/2000.

Conseqüentemente, após "uma das maiores *moratórias* da história mundial", a dívida argentina sobe de 54% do PIB (antes da crise) para quase 100% do PIB (após o refinanciamento), mesmo com continuidade de pagamentos de uma boa parcela da dívida ao longo do período até a renegociação, e ainda assim há os que argumentam que a renegociação foi vantajosa no sentido de que permitiu a extensão de seus prazos de pagamento, que agora se desdobram até 2089 (Resels, 2005). E a dívida segue sendo impagável como o foi até o momento⁶, mesmo porque a perspectiva é a de que os prazos de pagamento se estendam perpetuamente diante das necessárias renegociações que certamente ocorrerão.

Sob o argumento de que, para que a Argentina possa se manter “dentro do mundo”, é necessário efetivar acordos com o FMI e os demais organismos multilaterais, o governo optou,

⁶ Entre 1976 e 2000 foram abonados US\$ 212,28 bilhões e, assim mesmo, a dívida subiu de US\$ 7,8 bilhões para US\$ 169 bilhões (Katz, 2005a: 12).

desde o início do *default*, por destinar cerca de 3% do PIB para o pagamento de dois grupos distintos de credores:

os [próprios] organismos internacionais e os detentores nacionais dos títulos emitidos depois do “default”. Os demais credores [que em sua maioria são pequenos poupadores estrangeiros induzidos a adquirir os arriscados títulos argentinos] ficaram com sua situação suspensa e com eles se discutem opções de liquidação do passivo e a extensão dos prazos de pagamento (Becerra et al., 2004: 112)

Em relação ao primeiro grupo, que responde pelos credores e capitalistas internacionais, o que se tem é a legitimação de uma dívida fraudulenta – gestada “*sob uma ditadura através de autoempréstimos e securitização cambial, que aumentaram posteriormente com sucessivas renovações dos bônus, para cobrir déficits fiscais, que financiaram a fuga de capitais e os subsídios aos grupos empresariais*” (Becerra et al., 2004: 113) –, que já foi devidamente paga e refinanciada várias vezes de maneira completamente abusiva e arbitrária.

Esta legitimação se verifica justamente nos acordos contínuos que o governo argentino estabelece com o FMI e nas concessões que necessariamente permeiam esses acordos. Com a crise, ao invés de refinar a dívida externa argentina através da concessão de novos empréstimos, o Fundo esgotou as divisas do país para reduzir seus riscos e prossegue com uma estratégia de acompanhamento das contas nacionais no intuito de absorver qualquer acréscimo de recursos arrecadados pelo governo, afirmando que estas práticas são imprescindíveis no sentido de manter a confiabilidade por parte dos investidores.

No que diz respeito ao segundo grupo de credores que são priorizados quando das negociações posteriores à crise, o que se nota é que são mantidos os privilégios direcionados aos capitalistas locais, privilégios estes firmados ainda em governos anteriores em função de suas estreitas relações.

Em qualquer dos casos, ocorre que a renegociação da dívida implica na manutenção de um superávit fiscal que, em 2004, chegou a 5,7% do PIB, e, em 2005, se encontrava na casa dos 3%, mas que está sujeito a ampliações de acordo com as possíveis imposições por parte dos credores, em geral, e do FMI, em particular. Seu montante seria suficiente para pagar 3 vezes todo o salário coberto pelo Estado, 15 vezes o orçamento da saúde, 5 vezes o da educação e quase todo o custo anual da seguridade social (Marchini, 2005). O ponto fundamental neste processo é que, para que seja garantido este excedente de recursos, a população deve se submeter a uma série de sacrifícios e a baixos salários, mesmo numa conjuntura de elevado saldo comercial e de crescimento econômico. Deste modo, ao mesmo tempo em que são destinados 9 bilhões de pesos para o pagamento da

dívida, apenas 2,5 bilhões são voltados para o desenvolvimento social, 3,6 bilhões para a educação e 1,5 bilhão para a saúde (Becerra et al., 2004: 115)⁷.

Nestas circunstâncias é promovida a chamada lei de responsabilidade fiscal, imposta pelo FMI à Argentina como parte das obrigações assumidas pelo país na ocasião do acordo firmado em setembro de 2003. A finalidade da lei, tal como aponta Méndez (2005, p. 99), está definida em seu artigo primeiro e menciona a necessidade de estabelecer regras gerais de comportamento fiscal e de dotar a gestão pública de maior transparência. Seu objetivo claro é o de congelar os gastos primários, acumulando um superávit fiscal que assegura o pagamento progressivo da dívida externa. Neste intuito, a exigência é a de que os gastos públicos primários não superem o crescimento nominal do PIB nacional, isto é, os gastos primários nacionais e provinciais só podem crescer na medida mesma em que cresça o PIB, na mesma proporção de seu aditamento. Deste modo, *“si una provincia mejorara su recaudación tributaria, el excedente logrado no puede aplicarlo a mejorar la situación social, pues el único gasto que puede aumentar en su presupuesto es el destinado al pago de la deuda externa”* (Méndez, 2005: 101).

Ademais, os programas de promoção social, saúde e educação são transferidos do Governo Central para as províncias, tanto no que diz respeito à sua aplicação, quanto no que se refere ao seu financiamento. Ou seja, os recursos e os esforços de implementação destes programas deixam de ser responsabilidade da nação e passam para as mãos das províncias. Os recursos que seriam destinados às províncias para o atendimento a estas questões são utilizados para liberação de fundos que facilitem as saídas de capitais, para o pagamento dos serviços da dívida e para cobertura do déficit orçamentário nacional (Méndez, 2005: 98).

Partindo desses condicionamentos, as províncias que conquistassem uma ampliação do PIB em proporção superior ao produto nacional, deveriam destinar esses recursos excedentes ao pagamento da dívida externa. Contrariamente, as províncias que tivessem crescimento do PIB em nível inferior ao nacional, estariam sujeitas – e isto de fato ocorreu – à adoção de uma estratégia de corte de gastos justamente nestes setores destinados à promoção social e de congelamento de salários, que, efetivamente, chegaram a patamares inferiores ao da linha de pobreza, inclusive atingindo, em alguns casos, níveis abaixo daqueles considerados como de indigência.

Ressalte-se o agravante de que o Governo Central assume poder de veto diante das aspirações de gastos e endividamentos por parte das províncias, de modo que quaisquer destas pretensões devam ser previamente solicitadas e aprovadas pelo Governo Central. Deste modo, a lei de responsabilidade fiscal não foi criada para ordenar as contas nacionais, mas para que fossem gerados excedentes fiscais que assegurassem o pagamento da dívida externa e as províncias são

⁷ "El ajuste interno llevado a cabo a partir de 2002 por Duhalde y Kirchner aseguró que el país tuviera una capacidad de pagos en los términos exigidos por el FMI y los acreedores. Ahora, el canje brinda previsibilidad a esa transferencia de plusvalía al exterior" (Gigliani, 2005: 38).

submetidas a estes objetivos. Trata-se de um mecanismo de extorsão política da nação para com as províncias em nome do cumprimento dos compromissos externos. Adicionalmente, é uma lei que, além de promover o congelamento de gastos, reduz à sua mínima expressão o investimento público.

Complementando estas questões de fundo, ocorreu no período um intenso processo de (re)primarização da economia, calcado no crescimento das exportações principalmente de gás, petróleo e soja – que foram beneficiados tanto pela desvalorização pós *default* como pelo aumento internacional dos preços destes produtos –, e portanto, um fortalecimento da já estabelecida internacionalização da economia argentina, tendo em vista que o controle destes setores produtivos se encontra nas mãos de grandes grupos multinacionais.

Acerca destes aspectos, o governo Kirchner parece agir em defesa das petroleiras que têm sido privilegiadas por políticas de baixas restrições às exportações, permitindo que estas empresas alcancem altíssimos níveis de rentabilidade, políticas de financiamento público para a realização de obras (gasodutos, em especial) e aumento de tarifas de gás e eletricidade. Além disto, as multinacionais petroleiras têm liberdade de exploração das reservas nacionais de gás e petróleo, quando na verdade estes recursos deveriam ser considerados como bens estratégicos por parte do Estado, tornando imperativa a imposição de regras de exploração das reservas, que já têm seu horizonte de existência bastante reduzido. Deste modo, desenha-se um modelo através do qual o poder público financia os investimentos e o poder privado administra os negócios e acumula os lucros em seus países de origem.

Todas estas questões apontam para uma crescente perda de autonomia política por parte do governo argentino⁸, de modo que a dívida externa, além de ser um mecanismo para aspirar recursos da periferia em direção aos centros imperialistas, transformou-se num mecanismo para que estes mesmos centros possam controlar a economia argentina e os demais países da periferia global (Méndez, 2005: 96).

Os problemas econômicos e sociais não são menos evidentes e, conforme apontam Méndez (2005) e Katz (2005a e 2005b), certamente não se resolvem se não se esquecer a dívida e não se romper com o FMI, o Banco Mundial e o BIRD. Um projeto de desenvolvimento nacional sustentável requer a reestatização das empresas privatizadas, especialmente em setores estratégicos como o energético e o de transportes; o crescimento econômico alcançado carece de uma reforma tributária que permita sua melhor distribuição; é urgente retroceder nos níveis de pobreza, indigência e desemprego hoje alcançados pela economia argentina.

⁸ Em meio a este turbilhão de medidas de caráter indiscutivelmente neoliberal, houve episódios animadores no sentido da construção de uma via alternativa à do “estilo K” – expressão utilizada por García (2005) para ironizar a linha liberal conservadora com camuflagens progressistas seguida por Kirchner. Um exemplo disto é a recuperação, por parte dos trabalhadores, das empresas “abandonadas” e o estabelecimento de um movimento em favor da redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias com aumentos salariais, o que melhoraria as condições de vida da população, criaria mais postos de trabalho e melhoraria a demanda interna.

2.2 – Superexploração da força de trabalho e acumulação interna de capital: a verdadeira explicação da retomada do crescimento

A estratégia argentina a partir dos anos 90 faz com que sua economia ingresse na dinâmica do círculo vicioso, com transferência de recursos por meio de sua inserção internacional baseada em produtos de baixo valor agregado, a conseqüente necessidade de atrair capitais externos para fazer face ao déficit provocado na balança comercial, tendo como atrativo as altas taxas de juros, e ampliação do seu endividamento externo de forma crescente, considerando que este crescimento passa a ser necessário também para garantir a remuneração do capital fictício. Sendo assim, é ampliada a fragilidade financeira externa para o caso argentino como reflexo de uma opção política de abertura e desregulamentação dos mercados e é, portanto, ampliada sua vulnerabilidade externa e sua incapacidade de fazer face a possíveis choques externos ou fuga de capitais. Deste modo, o Estado se vê preso e dependente desta dinâmica, perdendo sua autonomia decisória. Se é assim, há uma perda de controle sobre as transferências de recursos para o exterior, “quebrando” a acumulação interna de capital e levando a uma situação de necessária superexploração do trabalho para que esta acumulação possa avançar, o que é perfeitamente facilitado em função das reformas do mercado de trabalho ocorridas no período.

Vale ressaltar que, mesmo que a partir de 2002 o saldo em transações correntes tenha superado a tendência deficitária de toda a década de 90, isto se deu com base numa forte ampliação das exportações de produtos primários. De maneira análoga ao que percebe Filgueiras (2005) para o caso brasileiro, a inserção internacional da Argentina se dá com base na exportação desses produtos. Portanto, não é suficiente dizer que as exportações foram ampliadas; faz-se necessário reforçar que a ampliação das exportações ao longo do período se apresentou com base numa pauta extremamente precária, formada preponderantemente por *commodities* e/ou produtos de baixo valor agregado. Vale ainda ressaltar que, antes da elevação do saldo comercial ocorrida a partir de 2000, o mesmo seguia uma tendência de queda, inclusive apresentando déficits em alguns momentos, o que se explica pela perda de competitividade das exportações frente às importações no decorrer dos anos 90⁹.

⁹ A melhora nas contas correntes começa em 2000 e se acentua com os efeitos da desvalorização e redução da demanda por importações, proveniente da recessão, no contexto da crise de 2001/2002. Em 2004 o saldo em transações correntes é positivo em US\$ 3,4 bilhões, subindo para US\$ 5,79 bilhões no ano seguinte, e US\$ 8,4 bilhões em 2006. O volume de exportações, por sua vez, atingiu US\$ 39,7 bilhões em 2004, US\$ 46,3 bilhões no ano seguinte e US\$ 54,2 bilhões em 2006.

Então, o saldo positivo em transações correntes não se deu em função de uma melhora da balança de serviços, que segue crescentemente deficitária¹⁰, ficando evidente a permanência do pagamento de juros e remessa de lucros para o exterior. Isto ocorre inclusive porque o governo Kirchner preferiu não romper com a opção política feita por Menem na década anterior, seguindo com uma inserção externa baseada na produção primária e pautada pela estabilização macroeconômica com abertura comercial e desregulamentação financeira, de modo a ter ampliados seus níveis de endividamento e transferência de recursos.

A grande transferência de recursos da Argentina significa que uma parcela considerável do valor que é criado por sua economia acaba sendo transferida – tanto no aspecto comercial¹¹, quanto no financeiro, via pagamento de serviço do passivo externo¹² - para as economias com maior produtividade e aquelas que são credoras dos haveres externos argentinos, notadamente para as economias centrais. Isso significa que grande parte do valor criada pelo capitalismo argentino é transferida para a acumulação do capitalismo nas economias centrais, restringindo a capacidade de acumulação interna de capital. Nesse quadro de exacerbação da condição dependente, a única forma que o capitalismo periférico tem para manter/retomar sua acumulação interna é a ampliação da produção do mais-valor, do excedente, o que redundará na superexploração da força de trabalho. É aqui que se entende a relação entre a recuperação cíclica do capitalismo argentino, pós-crise de 2001/2002, as perspectivas de continuidade no seu crescimento (na sua acumulação interna de capital) e a questão distributiva¹³.

O resultado da aplicação do projeto neoliberal na Argentina, que se estende da década de 90 aos dias atuais, foi desastroso em termos de emprego, salários e, conseqüentemente, de distribuição de renda e satisfação das necessidades sociais. Após a recuperação da crise argentina de 2001, a economia do país vem crescendo a um ritmo elevado. Ainda assim, o mero crescimento econômico não resolve os problemas sociais, podendo, inclusive, agravá-los – o que parece ser o caso para o período recente, de predomínio da estratégia neoliberal de desenvolvimento. Isto se explica pelo

¹⁰ A balança de serviços que chegou a atingir um déficit de US\$ 12 bilhões em meados de 2001, melhora um pouco (na casa dos US\$ 9,7 bilhões de déficit em 2003) mas volta a atingir US\$ 11 bilhões em 2004/2005.

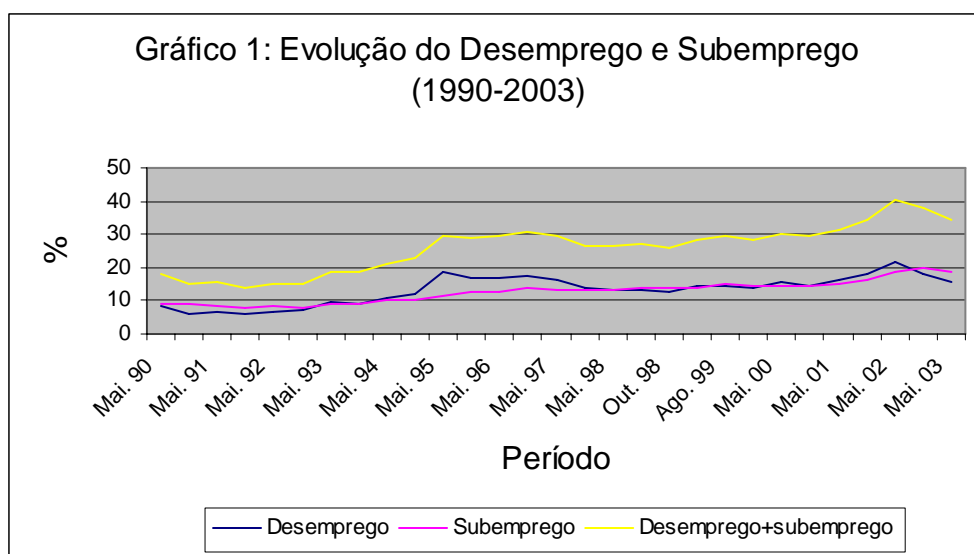
¹¹ A transferência de valor produzido na periferia e acumulado no centro da economia capitalista mundial, neste sentido, pode ser entendida pelas conseqüências do processo de concorrência intra e entre setores. Na primeira, como o valor das mercadorias é dado pelo tempo médio de trabalho necessário para sua produção, capitais com menor produtividade (normalmente na periferia do sistema) possuem um valor individual superior ao de mercado, enquanto que os capitais de maior produtividade apresentam um valor individual inferior ao de mercado. Isso propicia uma apropriação de mais-valia extra para os capitais mais produtivos, mais-valia esta que é produzida pelos de menor produtividade. Na concorrência entre setores, e dada a tendência de formação de uma taxa média de lucro, setores mais produtivos do que a média possuem um preço de produção superior aos valores produzidos, permitindo-lhes uma apropriação de mais-valia, na forma de lucro, superior à mais-valia que eles mesmos produziram. Estes mecanismos com mais detalhes podem ser encontrados em Amaral (2006, cap. 1).

¹² O passivo externo de uma economia é formado pelo estoque de sua dívida externa, acrescido do estoque do capital estrangeiro, direto e de portfólio, nessa economia. Assim, o serviço do passivo externo, além do serviço da dívida externa (juros e amortizações), inclui a transferência de lucros e dividendos.

¹³ Segundo Lucita (2005b), a lógica do modelo atual na Argentina, em função da dinâmica exportadora, precisa de dólar alto, baixos salários, altas taxas de desemprego e superexploração do trabalho.

fato de que o processo de crescimento atual é extremamente concentrador e, portanto, promove a expansão da desigualdade distributiva de tal forma que, por mais que cresçam o emprego e os salários, os benefícios auferidos pelo grande capital crescem a um ritmo bastante superior. Deste modo, em que pese o fato de que, em 2003, o PIB argentino tenha crescido aproximadamente 20% ao ano em termos nominais, os salários cresceram no máximo 10% e os lucros das cem principais empresas superaram a casa dos 170%, sendo que as dez principais mostraram um crescimento de sua rentabilidade superior aos 400% (Lozano, 2005).

Nestas circunstâncias, os setores populares enfrentam uma situação de elevado desemprego estrutural e um substantivo nível de informalidade, que expressam a precariedade do trabalho gestada a partir das privatizações empreendidas no governo Menem – que reduzem o quadro de funcionários do Estado de um milhão de trabalhadores a pouco mais de 300.000 – e da própria abertura comercial reforçada pela conversibilidade – que promove a destruição da produção nacional por meio de uma indução às importações – entre abril de 1991 e janeiro de 2002 (Gambina, 2003).



Fonte: INDEC, Encuesta Permanente de Hogares, apud. Gambina (2003).

Conforme é visualizado no gráfico 1, no início de 1990 o desemprego alcançava 8,6% e o subemprego atingia a cifra dos 9,3%, totalizando um nível de subutilização da força de trabalho¹⁴ disponível de 17,9%. Ao final do governo Menem, estes percentuais eram de 13,8%, 14,3% e 28,1%, respectivamente, atingindo os 15,6%, 18,8% e 34% em maio de 2003, o que confirma uma duplicação do desemprego e da subutilização da força de trabalho ao longo do período. Dados mais

¹⁴ Subutilização da força de trabalho significa aqui a reduzida incorporação da mão-de-obra potencial no mercado formal de trabalho, não podendo ser confundida com redução da superexploração da força de trabalho que, aliás, cresce em um contexto de subutilização da força de trabalho, dentre outras razões, justamente por causa da pressão exercida pelo Exército Industrial de Reserva.

recentes (INDEC) mostram que a taxa de desemprego, no 2º trimestre de 2006, era de 10,4%, enquanto que a taxa de subemprego atingia 12%. Isso determina uma taxa de subutilização da força de trabalho de 22,4%, inferiores aos 34% de meados de 2003, em virtude do forte crescimento no período pós-crise, mas ainda superiores aos observados no início da década de 90 quando da implementação da estratégia neoliberal no país.

Vale registrar que, para além das condições de desemprego e subemprego observadas, houve registros de agravamento da situação daqueles que estão empregados por conta da precarização do mercado de trabalho e da natureza dos contratos, a partir do que são retirados dos trabalhadores direitos conquistados historicamente. Exemplo disto está no fato de que há aproximadamente 4,3 milhões de pessoas com ocupação nas zonas urbanas que trabalham 45 horas semanais e algo em torno de 2,2 milhões de pessoas que trabalham cerca de 12 horas diárias (Gambina, 2003). Deste modo, a Argentina combina desemprego e subemprego com situações de extensão da jornada de trabalho¹⁵, o que assevera as formas assumidas pela exploração capitalista, especialmente fortalecidas pela flexibilização trabalhista – que permitiu à classe capitalista uma colossal acumulação de recursos – própria do período neoliberal vigente.

Ademais, durante a recuperação econômica ocorrida após a crise de 2001, muito embora tenham sido registradas altas taxas de crescimento do PIB, o volume de emprego criado em 2004 foi 56,6% inferior ao registrado em 2003, tal como mostra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Criação de Emprego nos Períodos 2002-2003 e 2003-2004

	2002	2003	2004*
Total de emprego	12.052.577	13.540.414	14.185.669
Criação de empregos durante o ano	–	1.487.838	645.255
Índice de criação de empregos 2003 = 100	–	100,0	43,4

(*) Referente ao 1º Semestre de 2004.

Fonte: INDEC apud. LOZANO (2005).

Acrescente-se a isso o fato de que 47,1% do total de postos de trabalho criados no terceiro trimestre de 2004 em relação ao segundo trimestre do mesmo ano correspondem a trabalhadores formais devidamente registrados (tabela 3). Como corolário, 52,9% do emprego total criado foram, naquele momento, de natureza precária.

¹⁵ Como consequência da lógica do modelo argentino, os baixos salários e as altas taxas de desemprego convivem com uma elevada jornada de trabalho, estimada em 9,5 horas diárias, em média, para o ano de 2005 (Lucita, 2005b).

Tabela 3: Evolução do Emprego Formal: 3º Trimestre de 2004 comparado ao 2º Trimestre de 2004

	2º Trimestre 2004	3º Trimestre 2004	Incrementos
Empleo Total	13.729.656	14.037.039	307.383
Asalariados Registrados	5.288.183	5.432.832	144.649
Asalariados Registrados / Empleo Total	38,5%	38,7%	47,1%

Fonte: INDEC (EPH continua) apud. LOZANO (2005).

Tão relevante quanto a análise da precariedade que se registra na quantidade e no tipo de emprego criado é a percepção de que há também na Argentina um fenômeno de precarização da renda daqueles que se incorporam ao mercado de trabalho. O mais grave é que este fenômeno se faz presente inclusive na categoria dos trabalhadores formais e não apenas na dos assalariados não registrados e dos desempregados ou subempregados como era de esperar, o que confirma a constatação de Osorio (2004, p. 114) de que a pobreza transcende o âmbito do desemprego e se estende aos trabalhadores efetivamente empregados.

Tabela 4: Renda Média dos Assalariados Segundo Condição de Registro e Tempo no Posto de Trabalho (em pesos para o 1º semestre de 2004)

Assalariados	Renda Média
Total de Assalariados	607,1
Assalariados Registrados	833,9
Durante 2004	637,6
Durante 2003	706,3
Antes de 2003	855,8
Assalariados Não Registrados	316,2
Durante 2004	240,9
Durante 2003	317,7
Antes de 2003	358,7

Fonte: LOZANO (2005).

Assim, a tabela 4 nos mostra que, para o ano de 2004, a média de renda dos assalariados formais era de \$833,9; para aqueles que estavam no posto de trabalho desde 2004, a renda média era de \$637,6 e para os que realizavam suas atividades desde 2003 a renda média era \$706,3. O que

se tem, portanto, é uma queda na renda daqueles que se incorporaram ao mercado de trabalho naqueles anos mais recentes e isto se reproduziu também para o caso dos trabalhadores sem registro.

Tabela 5: Índice de Salários Nominal e Real Segundo Condição do Trabalhador (valores ao último dia de cada mês; dezembro 2001 = 100)

Mês	Nível Geral		Setor Privado				Setor Público		IPC
			Registrado		Não Registrado				
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	
Jan. 02	99.61	97.38	99.67	97.43	99.17	96.95	99.81	97.57	102.30
Jun. 02	99.55	76.29	100.54	77.05	96.31	73.81	100.04	76.66	130.49
Dez. 02	107.45	76.23	116.86	82.91	94.12	66.77	100.56	71.34	140.95
Jun. 03	115.70	80.43	130.54	90.75	94.68	65.82	104.82	72.87	143.85
Dez. 03	120.42	82.42	135.32	92.62	104.23	71.34	106.23	72.71	146.11
Jun. 04	127,97	84,78	146,96	97,36	108,12	71,63	109,35	72,44	150,94
Jul. 04	128,80	84,94	147,42	97,22	109,28	72,07	110,58	72,92	151,64
Ago. 04	129,93	85,39	147,89	97,19	113,77	74,77	110,58	72,67	152,16
Sep. 04	130,35	85,13	148,32	96,86	114,81	74,98	110,58	72,22	153,13
Out. 04	130,51	84,90	149,18	97,04	113,42	73,78	110,58	71,93	153,73
Nov. 04	131,03	85,23	149,53	97,27	114,88	74,73	110,78	72,06	153,73
Dez. 04	131,65	84,93	150,21	96,90	116,25	74,99	110,78	71,46	155,02
Jan. 05	136,48	86,76	158,34	100,65	117,41	74,63	112,52	71,53	157,31

Fonte: INDEC apud. LOZANO (2005).

De maneira complementar, a tabela 5 nos mostra os índices de salários reais e nominais segundo a condição do trabalhador. Tendo como base o ano de 2001, é possível perceber que o nível de salários para os trabalhadores formais alcança, em 2005, o mesmo índice do ano base, ao passo que os trabalhadores informais e os do setor público sofrem queda em seu poder aquisitivo ao longo do período.

Essas colocações nos levam a outros dois problemas cruciais: o da distribuição da renda e o da situação de pobreza e indigência vividos pela Argentina no período atual. Em relação ao primeiro aspecto, a tabela 6 aponta para a iniquidade em termos distributivos, de modo que 10% da população de maior renda auferiam 37,4% da renda total gerada em 2002, e os 10% da população de renda mais baixa recebiam apenas 1,4% da renda total. Se consideramos uma comparação entre

as escalas de renda 5–150 e 700–30.000, temos que a fatia da população inserida nas classes de renda mais baixa recebiam 4,2% da renda total enquanto que os pertencentes ao segundo grupo acumulavam assustadores 53,7% da riqueza total, ficando evidente a regressividade distributiva que circunda a economia Argentina na atual fase do capitalismo¹⁶.

Tabela 6: Renda por Domicílio (2002)

Escala de Renda	Porcentagem da Renda	Renda Média por Decil
5 – 120	1,4	70
120 – 150	2,8	145
150 – 200	3,6	184
200 – 280	4,6	233
280 – 340	5,9	301
340 – 400	7,4	379
400 – 500	9,1	465
500 – 700	11,6	592
700 – 1.000	16,3	834
1.000 – 30.000	37,4	1.912
	100,0	512

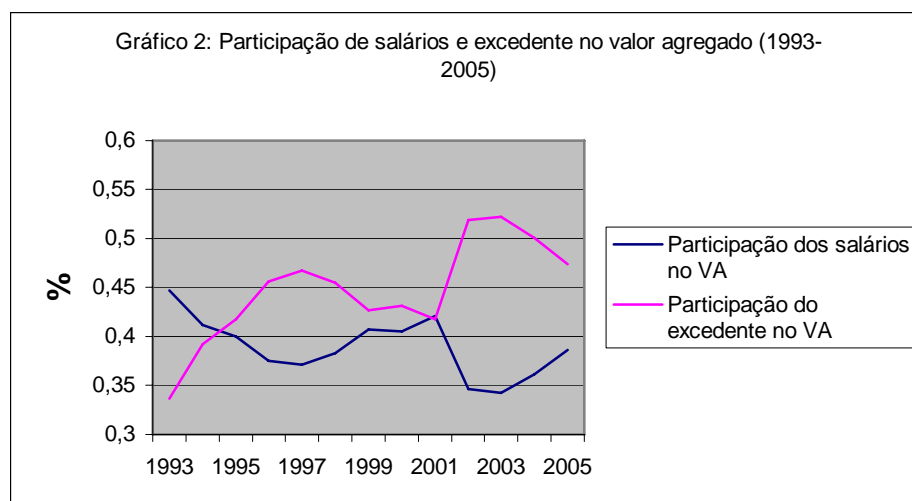
Fonte: INDEC, Encuesta permanente de hogares, octubre de 2002 apud. GAMBINA (2003).

No que se refere à situação de pobreza e indigência, na primeira metade dos anos 90, as taxas de pobreza e indigência caem em relação a 1989, apenas recuperando os níveis deste ano após a crise argentina de 2001 (mais de 50% de pobreza e 20% de indigência), muito embora tenham sofrido espasmos de crescimento neste entremeio como impacto principalmente das crises cambiais mexicana e brasileira. No primeiro semestre de 2003, o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza atingia 54%, enquanto que 27,7% das pessoas não atingiam a linha de indigência. Com a recuperação, estas taxas diminuem, atingindo 40,2% e 15% ao final de 2004, e 33,8% e 12,2% ao final de 2005, respectivamente, valores ainda acima dos observados ao longo da década de 90.

Já no gráfico 2 observa-se a evolução da participação da remuneração do trabalho assalariado e do excedente de exploração bruto sobre o valor agregado a preços correntes básicos. Percebe-se claramente que os anos 90 representaram uma inflexão estrutural, quando a participação dos salários sobre o valor agregado passa a ser inferior à participação do excedente. Além disso, essas taxas só voltam a se aproximar justamente no momento da crise e, no pós-crise, voltam a se afastar. Isto significa que o forte crescimento da economia argentina está associado a uma expansão

¹⁶ Em 2005, Katz (2005c: 110) estimava que "la distancia entre el 10% más rico y el 10% más pobre saltó de 12 a 28 veces entre 1974 e 2001 y se mantiene en la actualidad en 31 veces".

da relação entre excedente / salários dentro do valor produzido pela economia, o que, em termos marxistas, significa uma elevação da taxa de mais-valia, ou superexploração do trabalho¹⁷.



Fonte: INDEC.

Todas estas colocações tornam válida a afirmação de que, mesmo num contexto de reanimação da atividade econômica, a distribuição da riqueza se mostra ainda mais regressiva que na década anterior, de modo que os efeitos positivos da recuperação sobre o quadro social devem ser, no mínimo, relativizados, com a predominância da precariedade em termos de contratos de trabalho e salários, de forma tal que a criação de emprego por si só não resolve o problema da pobreza e da desigualdade.

3 – Considerações Finais

Não são poucos os autores que analisam a experiência argentina do pós-crise, procurando indagar-se sobre o possível caráter alternativo do governo Kirchner¹⁸. Alguns até afirmam que seria precipitado considera-lo como um modelo alternativo ao neoliberalismo, uma vez que a via "desenvolvimentista" não estaria consolidada. Em primeiro lugar, não podemos deixar de mencionar que o (neo) desenvolvimentismo não é a única opção alternativa ao neoliberalismo, de forma que a não consolidação deste não implicaria que a estratégia adotada seja uma continuidade da perspectiva neoliberal. O leque de alternativas é, felizmente, maior do que o (neo) desenvolvimentismo.

¹⁷ "La relación ganancias/salarios pasó de 56/32 a 61/24, o de 1,79 veces a 2,54 entre el promedio 1996-1998 y el promedio 2002-2004. El aumento en los niveles de empleo a partir de 2002 se ha producido sobre la base de salarios un 12% (en promedio) menores que los que regían durante la década anterior" (Féliz, 2006: 07).

¹⁸ Ver, por exemplo, dos estudos mais recentes, Féliz (2006), Ferrari e Cunha (2006), Cunha e Ferrari (2005) e EDI (2005).

Em segundo lugar, em razão de tudo o que foi argumentado neste trabalho, acreditamos que a estratégia argentina do pós-crise não pode ser considerada como alternativa, qualquer que seja a forma dessa alternativa. Julgamos ter deixado explícita a condição dependente na qual se encontra a economia Argentina, que vê na superexploração do trabalho a característica estruturante desta condição. Parece-nos evidente que a degradação social anteriormente descrita emerge como consequência da estratégia liberal conservadora adotada com mais vigor a partir da década de 90, das medidas liberalizantes constitutivas da dita estratégia, da conversibilidade que lhes respaldava e da própria opção por fazer frente aos compromissos externos de endividamento diante dos organismos internacionais; opção mantida na fase pós-crise. Deste modo, a recorrência à superexploração do trabalho como forma de dar continuidade à acumulação interna de capital, limitada pelas transferências de recursos para o exterior, parece se confirmar, tanto pelas vias da extensão da jornada de trabalho e da precarização do trabalho quanto pela via da redução salarial.

Da ampliação da condição dependente do capitalismo argentino é que surge a elevação da superexploração do trabalho, como forma de garantir o ritmo da acumulação interna de capital, especialmente no período pós-crise. As altas taxas de crescimento nos últimos anos e esta superexploração não são, assim, excludentes, mas complementares, elementos da mesma dialética do desenvolvimento capitalista na Argentina atual.

Referências Bibliográficas

- Amaral, M. S. (2006) *A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IE-UFU.
- Baruco, G. C. C. (2005) *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IE-UFU.
- Becerra, L. et al. (2004) Documento dos Economistas de Esquerda (EDI). In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 14, junho, pp. 109-134, Rio de Janeiro.
- Cano, W. (2000) *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp.
- Carcanholo, M. D. (2002) *Abertura Externa e Liberalização Financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado. IE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Cunha, A. M. e Ferrari, A. (2005) A Argentina em dois tempos: da conversibilidade à reestruturação da dívida. *X Encontro Nacional de Economia Política*, SEP, Campinas.
- EDI (2005) *Deuda Externa/Interna*. EDI - Economistas de Izquierda de Argentina, n. 1, abril. Buenos Aires.
- Elías, A. (comp.) (2006) *Los Gobiernos Progresistas en Debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. CLACSO libros, Montevideo.

- Féliz, M. (2006) De la Crisis al Neodesarrollismo. Tendencias estructurales y política económica en Argentina desde fines de la convertibilidad. *I Coloquio Internacional - SEPLA*, Santiago.
- Ferrari, A. e Cunha, A. M. (2006) A Argentina depois do *Default*: uma alternativa ao neoliberalismo? *XI Encontro Nacional de Economia Política*, SEP, Vitória.
- Filgueiras, L. A. (2005) Superávit Versus Redução da Dívida. In: *Jornal dos Economistas*, n. 197, pp 5-6, dezembro, CORECON-RJ, Rio de Janeiro.
- Gambina, J. C. (2003) *Reformas Contra los Trabajadores para una Mayor Acumulación del Capital*. Disponible em <http://fisyp.com.ar> [acesso em 12/05/2006].
- García, M. (2005) Kirchner y las Petroleras. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- Gigliani, G. (2005) Argentina después del Canje: se redujo la deuda pero crecieron los pagos. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina. Disponível em <http://www.indec.mecon.gov.ar>
- Katz, C. (2005a) Quién gana con el Canje?. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- _____ (2005b) Quebrantos Públicos. Negocios Privados. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- _____ (2005c) Dos Proyectos de Redistribución. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- Lozano, C. (2005) *Los Problemas de la Distribución del Ingreso y el Crecimiento en la Argentina Actual*. Disponível em <http://www.cta.org.ar>
- Lucita, E. (2005a) Qué Campaña por las Seis Horas? –notas sobre forma y contenido. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- _____ (2005b) El Problema no es la Pobreza, sino la Concentración de la Riqueza. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- Marchini, J. (2005) Superávit Fiscal. Miseria Mayoritaria y Prioridades Ajenas. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- Méndez, A. (2005) Responsabilidad Fiscal: una imposición del FMI. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.
- Osorio, J. (2004) *Crítica de la Economía Vulgar: reproducción del Capital y Dependencia*. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, México.
- Resels, P. (2005) El Modelo Neoliberal Hoy. In: *EDI. Deuda Externa/Interna*. n. 1, abril. Buenos Aires.